

## VA/VR e transporte foram temas de reunião com RH da Regap



Em reunião local de RH da Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim, realizada no dia 19 de setembro, o Sindipetro/MG cobrou da empresa o encaminhamento de demandas pendentes sobre alimentação, transporte, descontos de novos empregados e reclassificação de novos concursados.

Sobre a alimentação, a gestão da Regap informou ao Sindicato que a diretoria executiva da Petrobrás já aprovou a possibilidade de implementação do Vale Alimentação (VA) e Vale Refeição (VR) nas refinarias, como já ocorre em outras unidades. A empresa se compromete a formalizar uma minuta de acordo, assim como criar um Grupo de Trabalho (GT) local para discutir questões específicas da Regap. O Sindipetro/MG terá direito a in-

dicar um representante para participar do GT.

Para aprofundar a discussão, a diretoria do Sindipetro/MG vai se reunir no dia 7 de outubro. E, no dia 22/10, vai promover um seminário com a categoria sobre os impactos da implantação do VA/VR para petroleiros e contratados na Regap. O seminário será destinado aos trabalhadores do turno e do HA e terá a participação de representante do Sindipetro Caxias. As decisões sobre esse tema passarão, posteriormente, por assembleia da categoria.

Outras denúncias levadas ao RH envolvem o transporte de turno. Como a divulgada, na semana passada, sobre sobrecarga de trabalho dos motoristas da Macatur. A Regap ficou de averiguar e, se comprovada, a empresa poderá ser pena-

lizada. O Sindicato também tem cobrado melhorias no transporte de turno dos petroleiros que moram em Betim e convivem com atrasos por conta do tempo gasto nos longos trajetos. No entanto, o Sindicato recebeu denúncias de que foram feitas mudanças no transporte, causando transtornos aos contratados.

A informação é de que o transporte não está passando mais na porta da casa dos contratados. Ou seja, eles precisam se deslocar até pontos específicos do trajeto, o que faz com que alguns tenham que caminhar a pé e aguardar em locais inseguros. “É inadmissível que, para tentar resolver um problema, a empresa crie outro e, ainda, com tratamento diferenciado e desconforto para os contratados. Não concordamos

com isso e cobramos da gestão outra solução para o problema”, opina o coordenador-geral do Sindipetro/MG, Guilherme Alves.

Em relação aos descontos nos contracheques dos novos empregados, a gestão afirmou que para aqueles que procuram a assistência social, já foi feita uma negociação com melhores condições. O RH se colocou à disposição para orientar quem estiver com dificuldades ou precisar esclarecer dúvidas. Por fim, foi discutida a situação sobre a reclassificação dos novos concursados. O Sindicato cobra da empresa que esses trabalhadores possam ser convocados para atuar na localidade de origem deles. A resposta é de que a Petrobrás está mapeando os convocados para atender essa reivindicação.

# O voto é nosso instrumento de luta!

Historicamente, o Sindipetro/MG sempre se posicionou contra aqueles que afrontam os interesses da classe trabalhadora. Por outro lado, também sempre valorizamos todas e todos que apoiam as lutas da categoria petroleira, seja na “grama” ou na formulação de políticas em defesa da Petrobrás. Nessas eleições, queremos ver eleitas essas pessoas que sempre estiveram do nosso lado, dos movimentos sociais, sindical, estudantil. Acreditamos que a política precisa ser um espaço de construção de soluções coletivas, de negociação de projetos e responsabilidade na tomada de decisões que envolvem o interesse e o dinheiro públicos. Nesse aspecto, os partidos políticos têm o importante papel de debater os problemas públicos junto de suas bases, contribuindo para melhorar a qualidade da política e fazer a democracia avançar.

No entanto, alguns partidos atuam somente como legendas para alocar indivíduos “famosos” cujo único objetivo é atrair votos, sem qualquer preocupação real em beneficiar a população. Vemos tam-

bém no topo de pesquisas políticas candidatos de partidos que historicamente são contra o serviço público, destroem a saúde, o meio ambiente e a educação pública. Ou seja, pessoas que não representam projetos coletivos de cidade, estado ou país, ou mesmo servem a projetos que favorecem apenas os mais ricos. Nessa lógica, também atraem oportunistas que só querem se enriquecer às custas do dinheiro público.

Portanto, na hora de escolher seus candidatos ou candidatas, não deixe de verificar também o histórico dos partidos políticos aos quais estão filiados. A atuação do candidato ou de seus apoiadores sempre deixam pistas do que eles são de verdade, mesmo que o discurso bonito ou as fake news estejam a todo vapor para confundir os eleitores. Pesquise a atuação dos partidos em votações de projetos e analise se as propostas dos candidatos estão em consonância com o que você acredita. O voto com consciência e responsabilidade é um importante mecanismo para defendermos o que acreditamos!

# Em reunião, FUP cobra fiscalização de contratos



A Cláusula 104 do Acordo Coletivo de Trabalho, que trata sobre fiscalização de contratos nas empresas do Sistema Petrobrás, foi o tema central pautado pela FUP na reunião desta quarta-feira, 18, da Comissão de Acompanhamento do ACT. As representações sindicais apresentaram diversas queixas em relação ao descumprimento da cláusula e reforçaram as cobranças recorrentes por mudanças na política de contratação e de fiscalização de contratos.

A Federação criticou a falta de resposta dos gestores em relação aos diversos documentos encaminhados pela entidade e pelos sindicatos, desde março, questionando problemas relacionados à fiscalização de contratos em diversas unidades da Petrobrás e da Transpetro. Mais uma vez, foi cobrada a

implementação de uma comissão específica para discutir as condições de trabalho e segurança dos empregados contratados, cujas demandas não estão sendo resolvidas localmente.

Os problemas mais recorrentes de fiscalização de contratos foram relatados na reunião, como a falta de treinamento dos fiscais, que muitas vezes desconhecem a legislação trabalhista e o próprio teor do contrato que fiscaliza, o que vem gerando uma série de descumprimento de normas e direitos trabalhistas por parte das empresas prestadoras de serviço.

Outra questão levantada foi em relação aos aditivos de contratos, cujo critério tem sido o preço baixo e não a qualidade do serviço prestado e das condições de trabalho.